

Reflexões sobre a utilização de dados quantitativos em pesquisa educacional: o caso das taxas de cobertura de matrículas na educação básica

Reflections on the use of quantitative data in educational research: the case of rates for coverage of enrollment in basic education

Reflexiones sobre el uso de datos cuantitativos en la investigación educativa: el caso de las tasas de cobertura de matrícula en la educación básica

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira¹

Resumo:

A partir da comparação dos dados disponíveis relativos ao Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, MEC/ INEP, 2010) e ao Censo Demográfico de 2010 (BRASIL, IBGE, 2010) este artigo apresenta algumas reflexões sobre os limites e as possibilidades da utilização de bases de dados quantitativos na pesquisa em Política Educacional. Para tanto, recorre à análise dos dados em si, bem como à análise e comparação das metodologias de coleta dos dados de cada uma das pesquisas. Conclui-se que, em que pesem as dificuldades impostas ao pesquisador, é imperativa a construção de metodologias que permitam a utilização de tais dados e que cabe à comunidade de pesquisadores ter clareza de que os dados não constituem a realidade, eles apenas indicam elementos para a compreensão da realidade.

Palavras-chave: Dados quantitativos; Taxas de cobertura de matrículas; Pesquisa educacional.

Abstract:

From the comparison of the data available on the School Census of Basic Education (BRAZIL, MEC / INEP, 2010) and the 2010 Demographic Census (BRAZIL, IBGE, 2010) this paper presents some reflections on the limits and possibilities of using quantitative data on research in Educational Policy. It is based on the analysis of the data itself, as well as the analysis and comparison of methodologies for data collection in each of the researches. It is inferred that, despite the difficulties faced by the researcher, it is imperative to build methodologies that allow the use of such data. We also come to the conclusion that it is essential that the research community is aware that the data don't show reality, they only indicate elements that can be used in the understanding of reality.

Keywords: Quantitative data; Rates for coverage of enrollment; Educational research.

¹ Doutoranda em Educação – PPGE/UFPR. Professora da Universidade Positivo. E-mail: crbmoreira@gmail.com.

Resumen:

A partir de la comparación de los datos disponibles en el Censo Escolar de la Educación Básica (BRASIL, MEC / INEP, 2010) y el Censo 2010 (BRASIL, IBGE, 2010), este trabajo presenta algunas reflexiones sobre los límites y posibilidades de la utilización de bases de datos cuantitativos en la investigación en la política educativa. Para tanto, el trabajo se basa en el análisis de los datos en sí, así como el análisis y la comparación de metodologías para la recopilación de datos para cada uno de la investigación. Llegamos a la conclusión de que, a pesar de las dificultades impuestas a la investigadora, es muy importante la construcción de metodologías que permitan el uso de estos datos y que es la comunidad de investigadores que debe tener claro que los datos no constituye la realidad, sólo indican elementos comprensión de la realidad.

Palabras clave: Datos cuantitativos; Tasas de cobertura de matrícula; Investigación educativa.

1. Introdução

A Emenda Constitucional n. 59 (BRASIL, 2009), de 11 de novembro de 2009, introduziu uma importante inovação no que tange ao período de escolaridade obrigatória no país: esta passa, progressivamente, a ser estendida a crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos. Este mesmo dispositivo estabelece, ao alterar o artigo 214 da Constituição Federal, a decenalidade do Plano Nacional de Educação, tornando explícitos o planejamento, a ação articulada entre entes federados, a vinculação de percentual do Produto Interno Bruto (PIB) à Manutenção e Desenvolvimento da Educação. Acerca disso, concordamos com Carlos Roberto Jamil Cury quando afirma que:

Declarar um direito em um dispositivo legal da mais alta significação como é o caso da Constituição é mais do que uma proclamação solene. É dizer aos cidadãos que esse direito é para ser levado à sua efetivação. Significa também que é preciso proclamar aos que não sabem ou se esqueceram que somos portadores de um direito importante e assim retirá-lo do esquecimento (CURY, 2012, p. 148).

Consonante a este debate, o Projeto de Lei n.8035/2010, referente ao Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece três metas que, se implementadas, garantirão que o conteúdo da EC n. 59/2009 não seja letra morta. São elas:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

(...)

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

(...)

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.(BRASIL, 2010)

Diante deste quadro exposto, a intenção deste trabalho foi, inicialmente, dimensionar o desafio imposto pela lei e pelo novo Plano Nacional de Educação. Para tanto, lançamos mão de dados estatísticos totalizados do Censo Demográfico de 2010 (BRASIL, IBGE, 2010) e de microdados do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, MEC/INEP, 2010) que foram analisados por meio do software de tratamento estatístico SPSS, com vistas a identificar as taxas de cobertura de matrículas da Educação Básica para os grupos de idade entre 4 e 17 anos no Estado do Paraná.

Em que pese as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores em educação no que se refere à utilização de métodos quantitativos e a legitimidade das conclusões de pesquisas assim conduzidas perante a comunidade acadêmica, há questões para as quais tais abordagens tornam-se imprescindíveis. O cuidado a ser tomado é referente à necessidade de o investigador dar significado aos resultados numéricos por meio de um denso referencial teórico (GATTI, 2004). Em resumo, o emprego de metodologias quantitativas trazem informações que não dispensam a análise e o diálogo com outras metodologias e outras abordagens. Contudo, como veremos adiante, nem sempre as opções metodológicas disponíveis são adequadas para a análise da realidade.

2. Procedimentos metodológicos e análise preliminar

Sendo nosso objetivo inicial identificar as taxas de cobertura de matrículas na escolaridade obrigatória no Estado do Paraná no ano de 2010, entendemos necessário explicar as razões para a escolha deste ano. A primeira delas é a entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 59/2009; além disso, em 2010 foi realizado o Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Imaginávamos que, para efeitos de confiabilidade estatística, seria melhor compararmos dados referentes a populações e não a amostras.

Assim sendo, num primeiro momento, levantamos os dados relativos ao Censo Escolar da Educação Básica. A partir de procedimentos realizados por meio do software SPSS, os microdados foram analisados de forma a permitir a identificação de quantos eram, em 2010, os matriculados entre 4 e 17 anos de idade no Estado do Paraná, aglutinados por idade e sexo. Feito isso, esses dados foram confrontados aos dados consolidados do Censo do IBGE de 2010. Cumpre destacar que os dados do Censo Escolar foram organizados de forma semelhante aos dados apresentados pelo IBGE, para tornar possível a comparação.

A partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2010, foram obtidos os dados que seguem: número de matriculados entre 4 e 17 anos de idade, distribuídos por sexo, totalizando 2.436.372 matrículas. Os 16,1% identificados na Tabela 1 como Missing System correspondem aos casos que encontram-se fora da faixa etária de escolarização obrigatória. Percebe-se que a distribuição das matrículas por sexo é igualitária, com pequeníssima margem de vantagem para os estudantes do sexo masculino (50,4%, conforme Tabela, que engloba matrículas fora da faixa etária obrigatória; 50,7% conforme Tabela 3, referente apenas à faixa de 4 a 17 anos de idade).

Tabela 1: Idade dos estudantes matriculados no estado do Paraná em 2010

Idade do estudante	Número de matrículas	Percentual	Percentuais líquidos	Percentual acumulado
4 anos	76602	2,6%	3,1%	3,1%
5 anos	114133	3,9%	4,7%	7,8%
6 anos	153960	5,3%	6,3%	14,1%
7 anos	160834	5,5%	6,6%	20,7%
8 anos	170810	5,9%	7,0%	27,8%
9 anos	174222	6,0%	7,2%	34,9%
10 anos	190511	6,6%	7,8%	42,7%
11 anos	204897	7,1%	8,4%	51,1%
12 anos	204151	7,0%	8,4%	59,5%
13 anos	211882	7,3%	8,7%	68,2%
14 anos	209552	7,2%	8,6%	76,8%
15 anos	204580	7,0%	8,4%	85,2%
16 anos	195137	6,7%	8,0%	93,2%
17 anos	165101	5,7%	6,8%	100,0%
Total	2436372	83,9%	100,0%	
Falta de informação	469259	16,1%		
Total	2905631	100%		

FONTE: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2010.

Tabela 2: Sexo dos estudantes matriculados no estado do Paraná em 2010

	Número de matrículas	Percentual	Percentuais líquidos	Percentual acumulado
Masculino	1465570	50,4%	50,4%	50,4%
Feminino	1440061	49,6%	49,6%	100,0%
Total	2905631	100,0%	100,0%	

FONTE: MEC/INEP.Censo Escolar da Educação Básica 2010.

Tabela 3: Idade dos estudantes matriculados no Estado do Parná em 2010 e sua distribuição por sexo

Idade		Sexo do estudante		Total
		masculino	feminino	
4 anos	Número absoluto	39101	37501	76602
	Número relativo ao grupo etário	51,0%	49,0%	100,0%
	Número relativo ao universo	3,2%	3,1%	3,1%
5 anos	Número absoluto	58116	56017	114133
	Número relativo ao grupo etário	50,9%	49,1%	100,0%
	Número relativo ao universo	4,7%	4,7%	4,7%
6 anos	Número absoluto	78219	75741	153960
	Número relativo ao grupo etário	50,8%	49,2%	100,0%
	Número relativo ao universo	6,3%	6,3%	6,3%
7 anos	Número absoluto	82110	78724	160834
	Número relativo ao grupo etário	51,1%	48,9%	100,0%
	Número relativo ao universo	6,6%	6,6%	6,6%
8 anos	Número absoluto	87629	83181	170810
	Número relativo ao grupo etário	51,3%	48,7%	100,0%
	Número relativo ao universo	7,1%	6,9%	7,0%
9 anos	Número absoluto	88921	85301	174222
	Número relativo ao grupo etário	51,0%	49,0%	100,0%
	Número relativo ao universo	7,2%	7,1%	7,2%
10 anos	Número absoluto	97222	93289	190511
	Número relativo ao grupo etário	51,0%	49,0%	100,0%
	Número relativo ao universo	7,9%	7,8%	7,8%

11 anos	Número absoluto	104160	100737	204897
	Número relativo ao grupo etário	50,8%	49,2%	100,0%
	Número relativo ao universo	8,4%	8,4%	8,4%
12 anos	Número absoluto	103194	100957	204151
	Número relativo ao grupo etário	50,5%	49,5%	100,0%
	Número relativo ao universo	8,3%	8,4%	8,4%
13 anos	Número absoluto	108039	103843	211882
	Número relativo ao grupo etário	51,0%	49,0%	100,0%
	Número relativo ao universo	8,7%	8,7%	8,7%
14 anos	Número absoluto	106289	103263	209552
	Número relativo ao grupo etário	50,7%	49,3%	100,0%
	Número relativo ao universo	8,6%	8,6%	8,6%
15 anos	Número absoluto	103385	101195	204580
	Número relativo ao grupo etário	50,5%	49,5%	100,0%
	Número relativo ao universo	8,4%	8,4%	8,4%
16 anos	Número absoluto	97576	97561	195137
	Número relativo ao grupo etário	50,0%	50,0%	100,0%
	Número relativo ao universo	7,9%	8,1%	8,0%
17 anos	Número absoluto	82420	82681	165101
	Número relativo ao grupo etário	49,9%	50,1%	100,0%
	Número relativo ao universo	6,7%	6,9%	6,8%
Total	Número absoluto	1236381	1199991	2436372
	Número relativo ao grupo etário	50,7%	49,3%	100,0%
	Número relativo ao universo	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Censo Escolar da Educação Básica 2010. MEC/INEP.

Diferente do realizado em relação aos dados do Censo Escolar, quando da utilização de dados referentes ao Censo Demográfico, optamos pela utilização de dados consolidados, divulgados por meio de tabelas, pois quando foi realizado o levantamento os microdados ainda não se encontravam acessíveis para download.

A Tabela 4 apresenta os dados tais como disponíveis no sítio do IBGE. A sua apresentação acabou servindo de parâmetro para a organização dos dados disponíveis no Censo Escolar. A Tabela 5 aglutina apenas os dados da população entre 4 e 17 anos, por sexo, e foi elaborada a partir dos dados apresentados na tabela 4. A exemplo do verificado nos dados das matrículas, há uma pequena margem de vantagem numérica dos estudantes do sexo masculino (50,86%) sobre os do feminino. Este percentual é praticamente o mesmo identificado nos dados do Censo Escolar (50,7%). O problema surgiu ao compararmos os números absolutos.

Tabela 4. População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade (Paraná, 2010).

Grupos de idade	População residente								
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo					
				Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	10444526	5130994	5313532	8912692	4325985	4586707	1531834	805009	726825
0 a 4 anos	714037	363112	350925	609943	30802	300 141	104094	53310	50784
Menos de 1 ano	144631	73642	70989	124400	63325	61075	20231	10317	9914
1 ano	138328	70466	67862	118767	60465	58302	19561	10001	9560
2 anos	138854	70564	68290	118660	60169	58491	20194	10395	9799
3 anos	142794	72594	70200	121547	61682	59865	21247	10912	10335
4 anos	149430	75846	73584	126569	64161	62408	22861	11685	11176
5 a 9 anos	768392	390883	377509	646089	328277	317812	122303	62606	59697
5 anos	151669	77150	74519	127973	64930	63043	23696	12220	11476
6 anos	147830	75421	72409	124813	63527	61286	23017	11894	11123
7 anos	150829	76652	74177	126725	64359	62366	24104	12293	11811
8 anos	153364	78106	75258	128347	65374	62973	25017	12732	12285
9 anos	164700	83554	81146	138231	70087	68144	26469	13467	13002
10 a 14 anos	909071	463552	445519	759795	385869	373926	149276	77683	71593
10 anos	182337	93364	88973	152708	78059	74649	29629	15305	14324
11 anos	174362	88968	85394	146165	74201	71964	28197	14767	13430
12 anos	180257	91981	88276	150724	76639	74085	29533	15342	14191
13 anos	183181	93086	90095	152 793	77316	75477	30388	15770	14618
14 anos	188934	96153	92781	157405	79654	77751	31529	16499	15030
15 a 19 anos	928631	469762	458869	785508	394204	391304	143123	75558	67565
15 anos	195877	99478	96399	162925	82224	80701	32952	17254	15698
16 anos	186291	94441	91850	155507	78309	77198	30784	16132	14652
17 anos	183744	93009	90735	154976	77626	77350	28768	15383	13385
18 anos	182785	92560	90225	156333	78447	77886	26452	14113	12339
19 anos	179934	90274	89660	155767	77598	78169	24167	12676	11491
20 a 24 anos	901332	451739	449593	788975	392290	396685	112357	59449	52908
20 anos	180692	90221	90471	157351	77908	79443	23341	12313	11028
21 anos	181961	91300	90661	159514	79427	80087	22447	11873	10574
22 anos	182865	91959	90906	160023	79833	80190	22842	12126	10716
23 anos	175722	87940	87782	154097	76529	77568	21625	11411	10214
24 anos	180092	90319	89773	157990	78593	79397	22102	11726	10376
25 a 29 anos	880232	436675	443557	772953	380461	392492	107279	56214	51065

30 a 34 anos	836377	410438	425939	728828	354467	374361	107549	55971	51578
35 a 39 anos	787370	384351	403019	677343	327238	350105	110027	57113	52914
40 a 44 anos	766648	372379	394269	653926	312930	340996	112722	59449	53273
45 a 49 anos	700184	336461	363723	594991	280655	314336	105193	55806	49387
50 a 54 anos	592618	282641	309977	500545	233759	266786	92073	48882	43191
55 a 59 anos	488679	231993	256686	409506	189468	220038	79173	42525	36648
60 a 64 anos	382127	180838	201289	318902	146125	172777	63225	34713	28512
65 a 69 anos	285180	133729	151451	238178	108026	130152	47002	25703	21299
70 a 74 anos	213656	99314	114342	179717	80812	98905	33939	18502	15437
75 a 79 anos	144393	64121	80272	122471	52686	69785	21922	11435	10487
80 a 84 anos	87448	36887	50561	74971	30561	44410	12477	6326	6151
85 a 89 anos	39464	15588	23876	33977	12989	20988	5487	2599	2888
90 a 94 anos	13943	4945	8998	11991	4070	7921	1952	875	1077
95 a 99 anos	3811	1273	2538	3301	1046	2255	510	227	283
100 anos ou mais	933	313	620	782	250	532	151	63	88

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Tabela 5. População residente, por sexo, segundo o grupo de idade dos 4 aos 17 anos (Paraná, 2010).

Idade do Estudante	Sexo do estudante				Total	
	Masculino		Feminino			
4 anos	75 846	50,80%	73 584	49,20%	149 430	100,00%
5 anos	77 150	50,87%	74 519	49,13%	151 669	100,00%
6 anos	75 421	51,01%	72 409	48,98%	147 830	100,00%
7 anos	76 652	50,82%	74 177	49,17%	150 829	100,00%
8 anos	78 106	50,92%	75 258	49,07%	153 364	100,00%
9 anos	83 554	50,73%	81 146	49,26%	164 700	100,00%
10 anos	93 364	51,20%	88 973	48,79%	182 337	100,00%
11 anos	88 968	51,02%	85 394	48,97%	174 362	100,00%
12 anos	91 981	51,02%	88 276	48,97%	180 257	100,00%
13 anos	93 086	50,81%	90 095	49,18%	183 181	100,00%
14 anos	96 153	50,89%	92 781	49,10%	188 934	100,00%
15 anos	99 478	50,78%	96 399	49,21%	195 877	100,00%
16 anos	94 441	50,69%	91 850	49,30%	186 291	100,00%
17 anos	93 009	50,62%	90 735	49,38%	183 744	100,00%
Total	1 217 209	50,86%	1 175 596	49,13%	2 392 805	100,00%

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Os dados constantes da Tabela 6 provocaram perplexidade. Imaginávamos ser possível deduzir a dimensão da demanda por escolarização obrigatória a partir do cruzamento dos dados da população (IBGE), debitadas as matrículas declaradas no Censo Escolar da Educação Básica. Admitindo-se uma leitura literal dos dados, poderíamos concluir que, no Estado do Paraná, só haveria demanda reprimida para as faixas de 4, 5 e 17 anos de idade, já que para todas as demais faixas etárias, na comparação dos dados do IBGE com os dados do INEP, as taxas ultrapassam os cem por cento. Em função disso, buscamos dados de uma outra unidade da federação, que servisse como parâmetro de análise. Optamos por São Paulo, em função desta ser a maior unidade da federação em população, urbanização e pujança econômica. O pressuposto é o de que, dadas estas características, a possibilidade de erros decorrentes da inadequação da coleta de dados seria menor. Então repetimos todos os procedimentos de levantamento, cruzamento e análise de dados realizados anteriormente para o Paraná. Os dados são os constantes na Tabela 7.

Tabela 6. Taxa de cobertura de matrículas, segundo o grupo de idade dos 4 aos 17 anos (Paraná, 2010).

Idade	População *	Matrículas **	Cobertura
4 anos	149 430	76602	51,26%
5 anos	151 669	114133	75,25%
6 anos	147 830	153960	104,14%
7 anos	150 829	160834	106,63%
8 anos	153 364	170810	111,38%
9 anos	164 700	174222	105,78%
10 anos	182 337	190511	104,48%
11 anos	174 362	204897	117,51%
12 anos	180 257	204151	113,25%
13 anos	183 181	211882	115,66%
14 anos	188 934	209552	110,91%
15 anos	195 877	204580	104,44%
16 anos	186 291	195137	104,74%
17 anos	183 744	165101	89,85%
Missing	0	469259	
Total	2 392 805	2436372	101,82%

Fontes: *IBGE.Censo Demográfico 2010. **INEP/MEC. Censo Escolar da Educação Básica 2010.

Tabela 7. Taxa de cobertura de matrículas, segundo o grupo de idade dos 4 aos 17 anos (São Paulo, 2010)

	População	Matrículas	Cobertura
4 anos	554 367	392880	70,87%
5 anos	564 639	530425	93,94%
6 anos	554 269	589097	106,28%
7 anos	558 399	605943	108,51%
8 anos	568 422	626434	110,21%
9 anos	614 904	646019	105,06%
10 anos	674 302	698913	103,65%
11 anos	656 728	718400	109,39%
12 anos	663 055	702553	105,96%
13 anos	659 616	723125	109,63%
14 anos	671 212	708078	105,49%
15 anos	683 010	692610	101,41%
16 anos	655 287	679284	103,66%
17 anos	651 950	645733	99,05%
Total	8 730 160	8959494	102,63%

Fontes: Censo Escolar da Educação Básica 2010. INEP/MEC. Censo Demográfico 2010. IBGE

Novamente nos deparamos com uma taxa de matrículas que superava a população recenseada, à exceção das idades de 4, 5 e 17 anos. Ou seja, não se tratava, em tese, de equívoco no tratamento dos dados. O nosso esforço passou, então, a ser direcionado à tentativa de explicar as informações trazidas pelos dados e conduzir uma reflexão sobre a natureza e os limites da utilização de bases de dados diferentes em pesquisas quantitativas.

3. O que têm os dados a nos ensinar?

Na condução deste pequeno ensaio de pesquisa, deparamo-nos com resultados que contrariam qualquer prognóstico da realidade, particularmente se levarmos em consideração o exposto nas metas do Projeto de Lei n.8035/2010, referente ao PNE. Esta constatação impôs o desafio de compreender as razões de tal fenômeno.

Nesse sentido, ainda na década de 1990 havia a constatação de que as metodologias de coletas de dados em grandes pesquisas (como as dos Censos) e as discrepâncias quanto aos meios de publicação de informações, poderiam constituir-se em obstáculo para novas pesquisas que viessem a se servir desses dados. Alertava-se então para os cuidados necessários para a interpretação de dados quantitativos em educação (MANSANO FILHO; OLIVEIRA; CAMARGO, 1999).

Assim como na pesquisa que visava verificar as tendências das matrículas no Ensino Fundamental no Brasil (MANSANO FILHO; OLIVEIRA; CAMARGO, 1999), consideramos necessário estabelecer a comparação entre as metodologias de coleta de dados e a própria natureza dos dados das pesquisas – neste caso, o Censo Demográfico 2010 do IBGE e o Censo Escolar da Educação Básica 2010 do MEC/INEP.

O Censo Demográfico realizado a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve em 2010 como área de abrangência todos os municípios brasileiros e, para cada domicílio, foram levantadas informações por meio de entrevistas registradas em um questionário (uma outra possibilidade era o morador responder ao questionário via internet, acessando o sistema por meio de uma senha entregue pelo recenseador. O IBGE não apresentou, até o momento, estatísticas de utilização desse mecanismo). Havia dois tipos de questionários: o questionário básico, aplicado à maioria dos domicílios; e o questionário da amostra, com um maior número de questões, contendo também as do questionário básico, aplicados em domicílios selecionados em proporção ao número de habitantes no município. A título de exemplo: em municípios com até 2.500 habitantes, os questionários da amostra foram aplicados à 50% dos domicílios; em municípios com mais de 500.000 estes questionários foram aplicados a 5% dos domicílios (IBGE, 2011). Esta determinação do tamanho amostral (TRIOLA, 2008) permitiria uma maior possibilidade de generalização.

Já o Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente pelo INEP, envolve o esforço da Equipe Pedagógico-Administrativa de cada escola brasileira no preenchimento dos questionários disponíveis online, para cadastramento de Escolas, Turmas, Alunos e Docentes. Os dados são da população como um todo, ou seja, todas as matrículas na Educação Básica em 2010 fazem parte, em tese, do conjunto de dados.

A discrepância entre os dados pode ser relacionada à natureza da metodologia de coleta em cada uma das pesquisas. Alguns dados levantados pelo IBGE são de natureza inferencial; em função do fato de a coleta se dar por meio de uma entrevista realizada pelo recenseador, a possibilidade de que informações incorretas/imprecisas sejam registradas é grande. Os dados levantados pelo INEP possuem a vantagem de referir-se a todos os alunos, já que para cada matrícula é registrado um caso no banco de dados. Além disso, como a coleta de dados se dá institucionalmente, é possível que o preenchimento dos questionários possua como fonte os documentos escolares disponíveis, o que garantiria uma confiabilidade maior.

Em que pese as dificuldades aqui relatadas, é possível sim o apontamento de algumas tendências e desafios: os estados de Paraná e São Paulo conseguiram universalizar o (novo) primeiro ano do ensino fundamental. É o que se deduz da observação dos dados das tabelas 6 e 7, em que as taxas de cobertura de matrículas para as crianças de 6 anos em 2010, portanto aquelas em idade de estar no primeiro ano, é semelhante à das demais idades do ensino fundamental, que ultrapassam os cem por cento. Evidentemente há que se levar em conta a distorção idade-série, o que não é o objeto deste texto.

Já quanto às taxas de cobertura de matrículas para crianças entre 4 e 5 anos, há uma dívida que precisa ser quitada. As matrículas são, em proporção à população, ainda insuficientes para a garantia dos direitos dessa população (51,26 % para os 4 anos e 75,25% para os 5 anos). O decréscimo observado para as matrículas aos 17 anos pode ser atribuído à política de reprovação, o que conduziria à evasão desses alunos dos sistemas de ensino. Apenas hipóteses que carecem de novas pesquisas.

Por fim, é importante assinalar que as limitações para a utilização de dados quantitativos não podem se constituir em óbice para a realização de pesquisas. Elas devem ser um desafio aos pesquisadores, no sentido de que novas metodologias de análise sejam construídas e que os dados sejam tratados como traduções da realidade, que carregam em si os valores e as opções dos agentes que definiram como eles seriam coletados e analisados.

Referências Bibliográficas

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: 2011.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf Acesso em: 31/07/2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_uf_zip.shtml Acesso em: 02/08/2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica 2010.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> Acesso em: 03/07/2013.

_____. **Censo Escolar: caderno de instruções.** Brasília, 2010. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/caderno_de_instrucoes_2010.pdf Acesso em 31/07/2013.

_____. **Microdados do Censo Escolar 2010.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> Acesso em: 03/07/2013.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 28/07/2013.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 8035/2010.** Disponível em: www.camara.gov.br Acesso em: 28/07/2013.

CURY, C.R.J. **Educação como Direito Social.** In: CASTRO, C.L.F de; GONTIJO, C.R.B.; AMABILE, A.E. de N. (Org.) Dicionário de Políticas Públicas. Belo Horizonte: UEMG, 2012. p 148.

GATTI, B. **Estudos quantitativos em educação.** Educação e pesquisa, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

MANSANO FILHO, R.; OLIVEIRA, R.P. de; CAMARGO, R.B. **Tendências da matrícula no ensino fundamental regular no Brasil.** In: OLIVEIRA, C. et al. Municipalização do Ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 37-60.

TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística.** 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.